

Dívida vira problema político

Posição da Nova República é levada por Lemgruber a credores

O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, alertou ontem, ao discursar na reunião do Comitê Interino do Fundo Monetário Internacional (FMI)/Banco Mundial, em Washington, que o Brasil tratará a rolagem da sua dívida externa como problema político. "Um processo de ajustamento que afeta toda a estrutura econômico-social de um país é necessariamente um assunto que concerne diretamente a toda a sociedade. Este é um tema que diz respeito à política e que, portanto, requer uma decisão política" — disse Lemgruber, ao deixar claro que o País não mais aceita o relacionamento puramente técnico com o comitê de assessoramento dos bancos credores e com o FMI. O presidente do Banco Central admitiu ainda a abertura maior da economia brasileira para o capital externo.

"É preciso também dar maior atenção aos benefícios que podem ser obtidos de investimentos externos diretos e de carteira, embora não se possa esperar que estes venham a constituir um grande substituto de empréstimos" — ressaltou Lemgruber, no discurso perante o comitê interino do FMI/Banco Mundial, divulgado também em Brasília. Como primeiro membro do novo governo brasileiro a se diri-

gir ao comitê, observou que o cumprimento do mandato recebido pressupõe a retomada do crescimento econômico e a reversão da tendência inflacionária, sem abandonar "esforços paralelos" para o equilíbrio das contas externas.

Por isso, o presidente do Banco Central advertiu que os credores precisam endossar o tratamento político à renegociação da dívida externa: "Do ponto de vista dos países devedores, é preciso que se compreenda que nenhum processo de ajustamento pode sobreviver fora de um ambiente de desenvolvimento econômico. O desconhecimento desta realidade só poderá solapar a credibilidade do sistema e aumentar o risco de instabilidade".

Como economista, Lem-

gruber reconheceu que, para a retomada do "crescimento adequado", a primeira e mais importante medida é o aumento da poupança interna, inclusive como substituto parcial dos recursos externos decrescentes. Mas lembrou que "é difícil promover a poupança interna, quando a renda **per capita** real caiu em comparação com períodos anteriores e, na melhor das hipóteses, está se recuperando lentamente". Daí o pedido do Presidente do Banco Central para que os credores não frustrem a expectativa de crescimento econômico dos países endividados, com exigências de aperto irrealista.

"Esperamos que nossos parceiros se unirão a nós e reconhecerão que é melhor estabelecer metas realis-

tas e viáveis do que metas que talvez sejam ideais, mas divorciadas da realidade" — foi o recado de Lemgruber em Washington, às vésperas da chegada da missão formal do FMI que virá negociar a oitava carta de intenções do Brasil ao fundo, prevista para o próximo dia 2.

O presidente do Banco Central aproveitou a composição da platéia para cobrar do FMI ação também sobre os membros credores: "Para desincumbir-se de sua tarefa, o fundo precisa tornar mais eficaz sua supervisão, particularmente dos países que não tomam empréstimos à instituição, porque são esses os países que tendem a desempenhar o papel mais ativo no cenário mundial".